

DOI: <https://doi.org/10.29184/anaisscfmc.v22023p5>

A formação médica e a parturição no Brasil: Desigualdades raciais e de gênero fecundas desde o útero, um relato de experiência

Ana Clara Figueiredo Branco Gonçalves, Karen Schumacker Brust Santos, Maria Fernanda Vitória Pessanha Campos Azevedo, Mila Queiroga Ramos, Kathelyn Ferreira Cordeiro

RESUMO

Parte-se do princípio que o pensamento social brasileiro permeia a ação do estado e influencia a construção de políticas públicas. Assim, entende-se o quanto, na história da formação médica e arte obstétrica, a medicina impactou a condução política de um pensamento social que incluiu a hegemonia do poder médico, o branqueamento social e o racismo institucionalizado. O objetivo é inserir um debate étnico racial para estudantes de medicina, em uma faculdade privada, com construção de instrumental que permita a incorporação desses debates no contexto acadêmico e médico. Foi utilizado metodologia qualitativa por abranger um universo de significados, sob uma perspectiva histórico dialética. Dessa forma, a coleta de dados deu-se a partir de revisão bibliográfica, fonte de periódicos CAPES, identificando na história da formação médica brasileira as estratégias que permitiram o racismo estrutural encobrir-se na teoria social biologizante. Ainda, houve pesquisa quantitativa, com estudo de campo, em ambulatório de pré-natal, num recorte gênero – racial e estudo de variáveis como: idade, número de gestações, abortos, cor, raça e ISTs, em 2022. Os alunos extensionistas gozaram da participação no Curso de Capacitação “A questão racial no pensamento social brasileiro: as visões de Sylvio Romero, Nina Rodrigues, Oliveira Viana e Gilberto Freyre”. Foi confeccionado instrumental pedagógico, em formato audiovisual, com intenção de inserção na construção pedagógica, em possíveis componentes curriculares como: obstetrícia, humanidades médicas e saúde coletiva. Durante o desenvolvimento do projeto, houve reuniões para discussão e exploração de novos conceitos para fomentação da curiosidade e escrita teórica. Assim, foi construído aprendizado para além do conhecimento priorizado no curso médico e reflexões sobre a importância da inserção dessa pauta na literatura médica, com aplicabilidade cotidiana da prática médica e o reconhecimento da insuficiência de reflexões desta temática e, com isso, ausência de habilidades dentro da educação médica. O projeto trouxe uma nova visão dos aspectos históricos e literários sobre a construção do pensamento racial brasileiro, oportunidade que auxiliou na compreensão da formação do racismo institucional. Ademais, foi realizada ação social, com roda de conversa sobre o tema: “Você sabia? Discriminação racial, racismo e Desigualdade racial não são sinônimos”, para adolescentes e familiares, com o intuito de trazer para este grupo conceitos fundamentais e explorar, através da medicina narrativa, o racismo sutil por trás das palavras, sendo conduzido pelos extensionistas. Consideramos assim, que o nosso projeto teve positivo impacto reflexivo e, possível contribuição para um formato inclusivo de educação médica, sensibilizando futuros assistentes médicos da saúde pública e futuros gestores da saúde. Assim, acreditamos ter alcançado resultados além da mudança de consciência, mas um exercício na dimensão prática. Conclui-se, então, presença do atravessamento das questões sexistas e racistas no contexto da formação médica brasileira. E, contudo, a necessidade de traçar estratégias para uma quebra de paradigma na educação médica, com inclusão destas mesmas questões, para que assim aconteça a representatividade negra no âmbito da saúde, com redução das diversas formas de violência ao qual esta população está submetida.

Palavras-chave: Educação médica. Interseccionalidade. Racismo Institucional.